

INTERACIONISMO SIMBÓLICO: CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Marcelo Alario ENNES¹

■ **RESUMO:** O presente artigo se propõe a apresentar e discutir contribuições do interacionismo simbólico visando compreender as identidades para além de uma perspectiva essencializada e naturalizada. Para tanto, foram consultadas, a partir de suas respectivas abordagens, obras de representantes do interacionismo simbólico, bem como de seus comentaristas, que nos ajudaram a contextualizar e compreender as contribuições deste importante segmento do pensamento social. O artigo sugere que os conceitos de *self*, outro-significativo, outro-generalizado, situação e contexto são contribuições importantes para a compreensão dos processos identitários como expressão de relações de poder e dominação produzidos pelos sentimentos de pertencimento e de diferença que classificam e hierarquizam socialmente os atores em interação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Interacionismo simbólico. Processos identitários. Localização, hierarquização e classificação social.

Introdução

A questão central desse artigo gira em torno das contribuições de representantes do “interacionismo simbólico” para a compreensão da dimensão relacional e política do que aqui será denominado como “processos identitários”. A proposta é verificar como este *corpus* teórico nos ajuda a estabelecer parâmetros analíticos para compreender as dinâmicas de hierarquização da sociedade contemporânea, muitas vezes

¹ UFS – Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Processos Identitários e Poder (GEPPIP). Itabaiana – SE – Brasil. 49037-340 – m.ennes@uol.com.br

ofuscadas pelos usos do termo identidade associado às ideias de diversidade e pluralidade cultural. Daí a importância da presente reflexão encontrar subsídios para identificar e denunciar as novas expressões das relações de dominação e de poder características da sociedade contemporânea, algumas vezes ocultas sob o aparente respeito às diferenças.

Alguns dos pressupostos do interacionismo simbólico são também pertinentes para o estudo de situações e contextos, para utilizar dois termos amplamente empregados por seus representantes, caracterizados por relações de poder e dominação. Em razão da centralidade das categorias de “situação” e “contexto”, as interações vão muito além das relações puramente interpessoais. Não é esta a perspectiva que desejamos recuperar para a discussão dos processos identitários; ao contrário, interessa-nos identificar e explicitar o aspecto relacional como elemento central dessas dinâmicas. De qualquer modo, como veremos na perspectiva aqui discutida, a interação não se resume apenas às relações face a face.

Desse modo, ao adentrar um pouco mais nos caminhos abertos pelos interacionistas, buscamos avançar, por assim dizer, na compreensão das relações entre cultura e poder.

O presente artigo dividiu-se em três partes. Na primeira, apresentamos nossa proposição sobre os processos identitários como expressão de relações de poder. As duas outras partes referem-se à discussão de aspectos desenvolvidos pelo interacionismo simbólico que contribuem para esta proposição. Primeiro, buscou-se contextualizar a origem do interacionismo simbólico do ponto de vista histórico e teórico. Na sequência, centrou-se na análise das noções de “situação” e “contexto” e na perspectiva relacional aqui defendida. Ainda nesta parte, discute-se o *self* e o outro-generalizado como conceitos que nos auxiliam a pensar processos identitários como relações de poder.

Para além do senso comum sobre identidades: provocações preliminares

A recorrência do tema das identidades nos estudos acadêmicos e na mídia expressa sua centralidade na sociedade contemporânea. No campo da mídia, existe um verdadeiro valeduto sobre o tema, a exemplo de outros termos, como cidadania.

Desse modo, a palavra identidade é empregada como forma de valorização das culturas locais, para a legitimação de grupos sociais e para valorizar as diferenças culturais e comportamentais. Nestes casos, pode-se verificar a confusão recorrente do uso da palavra identidade para se referir a dinâmicas socioculturais que seriam descritas mais acertadamente se fossem empregados termos tais como “tradição”, “cultura”, “patrimônio cultural”, entre outros. Tudo passa, então, a ser chamado de identidade. Isto, na realidade, confunde mais e explica menos.

No campo acadêmico, o tema das identidades tem motivado estudos e debates nas áreas de Ciências Sociais, Teoria Literária e Psicologia Social. Também nesse campo, o uso da palavra identidade não é feito de modo preciso e claro. Em sua grande maioria, os estudos sobre identidade não vêm acompanhados da devida definição de seu significado. Alguns autores justificam-se evocando o caráter “escorregadio” do termo.

Assim, nos dias de hoje, cada um a seu modo, tanto a mídia quanto a academia empregam o termo identidade para ressaltar a diversidade e a pluralidade cultural, e o descentramento dos sujeitos sociais. Nesses casos, dissociada de sua dimensão política, a identidade aparece como característica da contemporaneidade e pode nos levar a pensar que vivemos em um mundo onde as diferenças culturais estão livres das desigualdades sociais, econômicas e políticas.

O uso recorrente e, de certo modo, acrítico da palavra identidade tem produzido um senso comum tanto fora quanto dentro da academia. Ao contrário dessa tendência dominante, os processos identitários precisam ser pensados como dinâmica, como tensão, na qual os elementos que a compõem – o espaço social, os indivíduos, os grupos, as instituições, as normas – retrodeterminam-se. Cabe então entender a dinâmica desse movimento, daí a proposta desse artigo de revisitar o interacionismo simbólico como uma das possibilidades de se pensar os processos identitários a partir de uma perspectiva relacional, na qual as relações de poder ocupam um lugar central na dinâmica de produção das diferenças e do sentimento de pertença.

Como veremos, a partir das contribuições de interacionistas simbólicos, os processos identitários são dinâmicas de localização de indivíduos e grupos no espaço social. O processo de localização social deve ser compreendido com base nos

contextos históricos sociais, o que depende da distribuição de poder entre indivíduos e grupos sociais, regras e instituições. A dinâmica existente entre esses elementos do processo identitário produz múltiplas gradações e níveis de hierarquização social.

As dinâmicas de localização social caracterizam-se, também, pela produção da diferença e do sentimento de pertença dos indivíduos e dos grupos sociais e, em suas relações, dão origem aos processos identitários. Essas relações, por sua vez, são mediatizadas por fronteiras materiais ou simbólicas, isto é, elementos definidores e demarcadores do eu/nós e do outro/outros. Essas fronteiras são, também, socialmente construídas e resignificadas, em razão das mudanças dos contextos sociais e históricos, ora configuradas de modo centralizado e unificado, ora descentrado e fragmentado.

Compreendidas a partir dessas premissas, as relações sociais e de poder produtoras de localização social não obedecem a uma lógica imanente e tampouco se reduzem aos seus fatores externos. Ou seja, os processos identitários não se explicam apenas a partir dos atores sociais envolvidos em relações do tipo face a face ou apenas por sobredeterminações, cuja incidência sobre eles ocorreria a partir do exterior².

Para os fins propostos nesse artigo, portanto, defendemos a ideia segundo a qual os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder, as quais geram localização, estratificação e hierarquização social. Esta perspectiva opõe-se às análises pautadas na identificação de atributos e elementos (como gênero, cor de pele, nacionalidade, gastronomia, tradições culturais, entre outros), os quais são tomados como as identidades de determinados grupos. Nas partes seguintes, procura-se fundamentar estas premissas com base em alguns dos autores mais representativos do interacionismo simbólico.

Origens do interacionismo simbólico e algumas de suas contribuições

Segundo Stuart Hall (2002), em seu já bem conhecido livro *Identidade cultural na pós-modernidade*, para G. H. Mead³:

² Parece ser acertada a ideia de Gilberto Velho, de que os estudos sobre identidade devem estar situados na “área de conhecimento conhecida como indivíduo e sociedade” (STRAUSS, 1999, p.14).

³ Considerado o precursor do interacionismo simbólico (COULON, 1995, p.20).

[...] a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” (HALL, 2002, p.11).

Esta afirmação faz parte do argumento desenvolvido por Hall para explicar o descentramento dos sujeitos e das identidades. Os interacionistas, segundo o autor, situam-se em um, por assim dizer, estágio intermediário entre o “sujeito cartesiano”, expressão do individualismo e de sua identidade a partir de uma perspectiva do liberalismo econômico e político nos séculos XVIII e XIX, e os sujeitos descentrados, característicos da sociedade pós-moderna. Segundo Hall, a noção de sujeito e identidade desenvolvida pelo interacionismo simbólico resulta em uma concepção ainda centrada e essencialista do “eu” não obstante ser produzida por meio das interações sociais.

Para nós, interessa reexaminar as contribuições de alguns dos representantes do interacionismo simbólico para se pensar os processos identitários. Na realidade, isto se torna ainda mais necessário se desejamos ir além de uma leitura linear da tipologia desenvolvida por Hall em relação aos sujeitos e suas identidades. Para nós, é possível, empregando a terminologia do autor, encontrar características do “sujeito descentrado” no “sujeito sociológico”, do mesmo modo as características do “sujeito cartesiano” podem reaparecer no “sujeito descentrado”. Seguindo este raciocínio, o interacionismo simbólico pode ser uma referência válida para pensarmos os processos identitários característicos da sociedade contemporânea⁴.

Procuramos, assim, explorar algumas ideias importantes do interacionismo simbólico para a compreensão dos processos identitários, que podem ficar ocultas em uma expressão generalista como, por exemplo, “sujeito sociológico”, desenvolvida por Hall (2002, p.45) em seu esforço de sistematizar o processo histórico das mudanças na produção da diferença e do sentimento de pertencimento.

Os interacionistas simbólicos constituem um grupo de estudiosos relativamente heterogêneo. Grande parte de sua história teve a Universidade de Chicago como sede e representa um dos capítulos mais importantes da chamada sociologia

⁴ Como o próprio autor afirma, a identidade e o “sujeito sociológico”, tal como o “sujeito descentrado”, são produzidos por meio das relações sociais. É interessante notar que muito da “soberania” do “sujeito cartesiano” pode ser encontrada no “sujeito descentrado”.

americana⁵. Em sua origem, este grupo vivenciou o intenso e multifacetado processo de urbanização e industrialização nos EUA, processo no qual questões como imigração e delinquência, características da sociedade de massas americana, tornaram-se temas de investigação.

De acordo com Coulon (1995), a Escola de Chicago (e os interacionistas simbólicos por extensão) teve em sua primeira fase uma forte influência religiosa, cristã-protestante. Além disso, conforme Becker (1996), a sociologia desenvolvida pelos interacionistas tem conexão em diferentes momentos e por diferentes modos com Simmel, a começar pelo fato de Robert Park ter sido seu aluno. Além disso, o *American Journal of Sociology*, revista cuja origem está associada ao grupo pioneiro do interacionistas, traduziu alguns dos artigos do sociólogo alemão.

Deste modo, a preocupação com a ação social (no sentido da intervenção na sociedade) em razão da perspectiva normativista cristã-protestante e a ênfase que Simmel deu à dimensão cotidiana da realidade social explicariam, ao menos em parte, a ênfase teórica e metodológica dada às interações sociais.

Além da importante influência de Simmel, de acordo com Gilberto Velho (1999), a Escola de Chicago sofreu, por meio das contribuições de William James (1842-1910), John Dewey (1859-1952) e George H. Mead (1863-1931), forte influência do pragmatismo e do evolucionismo.

Nesta direção, a origem cristã-protestante da Escola de Chicago não é uma unanimidade. Joas (1999), por exemplo, defende o pragmatismo inspirado em Dewey como de grande importância para a definição dos princípios epistemológicos e metodológicos desenvolvidos pelos interacionistas.

É importante notar que este pragmatismo tem origem tanto nas condições sociais, políticas, culturais e econômicas do período, produzidas, em especial, pela Guerra Civil Americana, quanto na oposição e crítica à tradição filosófica cartesiana.

Essa crítica de [Pierce contra Descartes] nada mais é que a defesa de autoridades inquestionáveis contra a reivindicação emancipatória do eu pensante; é, portanto, um pleito em defesa da

⁵ As gerações mais recentes dos interacionistas simbólicos trabalharam, e ainda continuam trabalhando, em outras universidades americanas e de outros países, a exemplo de Everett Hughes representante da segunda geração que se mudou para o Canadá para trabalhar na McGill University e, entre as gerações mais recentes, o próprio Howard Becker que na ocasião de sua conferência no Museu Nacional/UFRJ, trabalhava na Washington University em Seattle, EUA.

verdadeira (g.a.) dúvida, em defesa do enraizamento da cognição em situações concretas. A noção central cartesiana do eu solitário que duvida sucumbe à idéia de uma busca coletiva da verdade para solucionar problemas reais encontrados no curso da ação (JOAS, 1999, p.134).

Percebe-se que o pragmatismo defende a impossibilidade do “eu” existir fora de um contexto ou, por assim dizer, em um vazio social. Este “eu” não é anterior e nem exterior ao meio social e, portanto, não pode pensar e agir fora dele.

De acordo com Joas, em Mead as interações sociais pressupõem não apenas o “outro” como determinante no posicionamento e ação do “eu”, mas também, o “eu” se apresenta, ele próprio, como estímulo para o “outro”.

Em situações sociais, o agente é, ele próprio, uma fonte de estímulo para seu parceiro. Ele deve então estar atento a seus modos de ação uma vez que estes suscitam reações do parceiro e por isto, tornam-se condições para continuidade de suas próprias ações. Neste tipo de situação, não apenas a consciência, mas também a autoconsciência são funcionalmente requeridas. Com essa análise da ‘auto-reflexividade’, Mead tentou reconstruir, pragmaticamente, a herança do idealismo alemão (JOAS, 1999, p.139).

Ainda conforme Joas (1999), as interações sociais são dinâmicas cujo repertório de “esquemas e expectativas” orientam a ação do “eu” e a “reação” dos “outros”.

Independentemente da falta de unanimidade sobre a origem da Escola de Chicago, há vários aspectos comuns destacados por seus representantes na definição de interação social e do interacionismo.

[...] para nós a unidade básica de estudo era a interação social, pessoas que se reúnem para fazer coisas em comum – exemplificando com um tema antropológico, para constituir uma família, para criar um sistema de parentesco. [...] Portanto, o que nos interessava eram os modos de interação, especialmente as interações repetitivas das pessoas, modos estes que permanecem os mesmos, dia após dia, semana após semana (BECKER, 1996, p.186).

Além da ênfase dada às “interações repetitivas”, que não interessam aos propósitos deste artigo, Becker ressalta a dimensão relacional e a produção coletiva da vida social.

Por sua vez, representante da primeira geração, Blumer define três premissas básicas do interacionismo simbólico:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que esse lhes oferece. [...] A segunda premissa consiste no fato de os significados destes elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificado) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (BLUMER, 1980, p.119).

Em síntese, as premissas estabelecidas por Blumer baseiam-se em um conjunto de elementos que se interdeterminam em um movimento espiral. Nesse sentido, a ação é orientada por meio da relação com o mundo. Esta relação com o mundo é ela mesma uma interação social, que, por sua vez, orienta e é orientada por dinâmicas interpretativas.

Já para Strauss (1999), representante da geração “pós-guerra”, a interação pode ser compreendida como um complexo processo social que envolve a motivação, a interação face a face, as dimensões racionais e irracionais (fantasia), as dimensões estruturais e as relações de poder.

De acordo com este autor, toda interação pressupõe “motivação”, cujo significado consiste na identificação de objetos físicos e humanos utilizados na “organização” do “eu” em uma determinada situação. Com base nesta, o “eu” avalia como agir e proceder na interação. É este elemento da interação que definirá se uma situação é ou não problemática, ou seja, se o “eu” reconhece ou não os estímulos e símbolos com os quais se depara ao longo da interação. “Numa situação problemática, uma pessoa precisa não apenas identificar o outro naquele momento, mas também, *pari passu*, identificar o *self* naquele instante” (STRAUSS, 1999, p.64).

Ao desenvolver a dimensão face a face da interação, Strauss apoia-se nas noções de *status* e papel social. De acordo com este autor, estas noções, no entanto, não podem ser entendidas com características, atributos e posições rígidas, cristalizadas e definitivas. Ao contrário, a dimensão face a face da interação expressa sempre sua mobilidade e sua fluidez. Strauss adverte que a motivação é apenas a fase inicial da interação. “A leitura

inicial da identidade do outro apenas determina o estágio para a ação, dá a cada um algumas deixas para suas linhas” (STRAUSS, 1999, p.70).

Para a compreensão da interação, Strauss introduz o elemento, ou a dimensão, da “fantasia”. Segundo o autor, esta dimensão é fundamental para não se reduzir as interações ao plano do consciente, do lógico, do racional e do previsível. A fantasia como devaneio possui um caráter de antecipação, isto é, contém um caráter preparatório (imaginar a interação). Além disso, pode servir de subsídio, no sentido de informar e criar expectativas de como se comportar e, neste sentido, representa um importante mecanismo para conservar ou mudar as identidades (STRAUSS, 1999, p.82).

Ao lado da interação face a face e da fantasia, Strauss destaca a importância do “processo interacional estruturado”. Esta dimensão da interação seria mais destacada entre sociólogos e menos entre psiquiatras⁶. Estes, segundo o autor, voltam-se mais para a dimensão do imaginário social. Deste modo, o exame das interações estaria incompleto se se desconsiderar dimensões que extrapolam a relação face a face.

Para Strauss, a estrutura aparece de modo graduado na interação. Segundo o autor, “é útil pensar que a interação é não só estruturada, no sentido de que os participantes representam posições sociais; mas também, ao mesmo tempo, que não é tão estruturada” (STRAUSS, 1999, p.84). Esta ideia está associada à compreensão da importância do status nas dinâmicas de interação. O *status*, para Strauss, é uma referência aos papéis sociais produzidos pela sociedade e exercidos pelos atores sociais na interação. Estes papéis, e por consequência o *status*, no entanto, não são unívocos e nem definitivos. Ao contrário, resultam da combinação de muitos fatores. É “[...] bastante comum a possibilidade de dois atores estarem atuando com base em status entendidos de maneira diferente. Um pode assumir que é médico falando com outro médico, enquanto o outro está atuando como um negro em frente a um branco” (STRAUSS, 1999, p.86).

⁶ Para termos claro o “lugar” a partir do qual se discute identidades e interações, é importante que consideremos que o autor orienta o leitor no sentido de que o livro de “Espelho e Máscaras”: “[...] deveria ser encarado propriamente como uma tentativa de justapor e fundir a perspectiva interacionista simbólica e a perspectiva organizacional social numa psicologia social sugestiva e exequível!” (STRAUSS, 1999, p.30-31).

Como se vê, a produção e a mudança de *status* podem ir além de uma dinâmica ritualizada e previsível, comportando-se de modo mais livre e imprevisível, o que escapa de ordens preestabelecidas. Por outro lado, esta mudança não obedece à vontade do indivíduo, entendida de modo soberano e independente, nos moldes do sujeito soberano descrito por Stuart Hall (2002, p.17-31).

A mudança de *status* pode, em última análise, ser definida pelas regras do “jogo interacionista”. A este processo, Strauss denomina de “forçamento de *status*” (STRAUSS, 1999, p.88). A vergonha é um recurso do “forçamento de *status*”, o que é mais típico em situações bastante formais. Mas este não é o único exemplo, pois “[...] grupos de todo tamanho e composição podem forçar, e o fazem, seus membros a assumir e a abandonar todos os tipos de identidades temporárias” (STRAUSS, 1999, p.88).

A última dimensão da interação é o processo de controle. De acordo com Strauss, a intensidade e modo de funcionamento do controle estão associados ao nível de estruturação das interações. Seguindo o argumento sobre o “forçamento de *status*”, o controle é maior nas situações mais estruturadas e, ao contrário, menor nas menos estruturadas.

Contribuições do interacionismo simbólico

Pensar os processos identitários como relações de poder, de classificação e de hierarquização social pressupõe uma perspectiva na qual os indivíduos e grupos sociais orientam suas ações de diferentes maneiras em razão das diferentes interações nas quais estão inseridos. Esta pode ser uma referência importante para pensar a negociação, o hibridismo e o descentramento das identidades, ideias e dinâmicas tão característicos da sociedade contemporânea⁷.

Ao refletir sobre a realidade social por meio das relações sociais, os interacionistas dão importância central ao que seus representantes denominam ora de “situação”, ora de “contexto”, para se referirem à materialização das interações no espaço e no tempo. Isso nos remete a opções e procedimentos metodológicos, tal como define Becker (1996, p.186): “[...] achávamos que era preciso fazer entrevistas, coletar dados estatísticos, ir atrás de

⁷ A respeito destas questões e de como são recorrentes nos estudos sobre imigração e etnicidade no Brasil, ver Ennes (2010a).

dados históricos. [...] era fundamental compreender o contexto em que se davam os fatos estudados”.

Localizar os dados obtidos durante a pesquisa deveria, assim, permitir uma análise distinta daquelas propiciadas por “[...] princípios metodológicos que procuram retirar os dados de seu contexto para torná-los objetivos” (COULON, 1995, p.22). A importância da ideia de Becker está no princípio segundo o qual as interações simbólicas não ocorrem no vazio social.

Em outra passagem, Blumer destaca a importância de se considerar a “situação” para a compreensão das dinâmicas interacionais:

[...] em nossa opinião, a sociedade humana acha-se composta de indivíduos que desenvolveram o seu “Eu”; a ação individual é uma construção e não uma ação espontânea, sendo construída pelo indivíduo mercê das características das *situações* (itálico nosso) que ele interpreta e a partir das quais ele age (BLUMER, 1977, p.36-37).

Nesta mesma direção, para Blumer, além da centralidade da “situação” para a análise das interações sociais, deve-se considerar o “encadeamento histórico”:

Um novo tipo de ação jamais se origina separadamente de um alicerce proporcionado pelas ações anteriores dos participantes. Os participantes envolvidos na formação do novo comportamento conjunto trazem ao mesmo tempo o universo de objetos, os conjuntos de significados e as sistematizações de interpretação que já possuem. Assim, a nova forma de ação conjunta sempre surge de um contexto de comportamentos coletivos anteriores, e a ele se associa. Não pode ser analisada fora deste contexto; deve-se considerar tal encadeamento juntamente com manifestações precedentes de comportamento conjunto (BLUMER, 1980, p.136-137).

Assim, se a realidade social é produzida pelas interações sociais, estas não podem ser compreendidas a não ser dentro de um processo maior no qual herdamos de outras interações o sentido e o significado dos objetos⁸ e ao mesmo tempo geramos elementos e significados para outras interações.

⁸ Para Blumer (1980, p.127): “[...] podemos classificar os objetos em três categorias: (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores, ou bicicletas; (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou

A riqueza dessa explicação, se podemos falar nesses termos, está na possibilidade de entender a produção do “Eu” “na” e “pelas” relações sociais. Se pensarmos da perspectiva relacional, essa abordagem representa um avanço do ponto de vista analítico porque as decisões dos “participantes” da interação e o sentido das ações são produzidos nas relações que, por sua vez, não podem ser entendidas fora do contexto no qual ocorrem.

Blumer (1977), neste sentido, dá uma importante contribuição para os estudos dos processos identitários ao enfatizar a importância dos antecedentes e encadeamentos entre atores e interações do presente e do passado.

No entanto, apesar da importância destacada, não podemos confundir a perspectiva de Blumer, que articula história e contexto, com a das chamadas abordagens estruturalistas. Em relação a elas, esse autor faz a seguinte crítica:

Geralmente essas forças [exteriores] se encontram situadas na própria sociedade, como se dá no caso do ‘sistema social’, da ‘estrutura social’, da ‘cultura’, da ‘posição social’, da ‘instituição’, da ‘representação coletiva’, da ‘situação social’, da ‘norma social’, dos ‘valores’. Nessa perspectiva, o comportamento dos indivíduos como membros de *uma sociedade* não é senão a resultante de todos aqueles fatores ou forças. [...] Esta explicação nega, ou pelo menos ignora, que os seres humanos têm personalidades e que agem depois de se haverem informado. [...] Fatores psicológicos têm o mesmo papel que os fatores sociais atrás mencionados: são considerados como fatores atuantes sobre o indivíduo, quando ele age (BLUMER, 1977, p.37).

De certo modo, Blumer se antecipa, na perspectiva do interacionismo simbólico, em relação à importância da subjetividade como dimensão explicativa das relações sociais. Esta dimensão passou a ser central, ainda que de perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, por exemplo, na análise e compreensão dos movimentos sociais a partir da década de 1960, realidade associada ao processo de descentramento do sujeito e de suas identidades (HALL, 2002).

A diferença e o sentimento de pertencimento seriam, pois, produzidos em “situações” ou “contextos” nos quais indivíduos orientam suas ações a partir de outros indivíduos com o quais

um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos, tais como justiça, exploração ou compaixão”.

mantêm relações. Estas relações, produzidas na e por meio destas “situações” ou “contextos”, nos ajudam a pensar os processos identitários como relações de poder porque permitem enxergar as circunstâncias nas quais a interação ocorre, tanto no que diz respeito à liberdade e autonomia dos participantes quanto de aspectos que vão além de suas próprias vontades.

Outras importantes contribuições do interacionismo simbólico para se compreender a produção da diferença e do sentimento do pertencimento podem ser encontradas nas noções de *self* e do outro-generalizado. Para Mead, estas duas noções são centrais para se entender que o *self* é o indivíduo socializado e a socialização do indivíduo, por sua vez, depende do outro-generalizado.

No caso de Mead, a palavra “outro” não parece fazer referência apenas a grupos diferentes, no sentido do grupo do qual não se faz parte, como estamos acostumados a ver nos estudos mais recentes sobre identidades (BAUMAN, 2005; HALL, 2002; WOODWARD, 2000). O outro-generalizado e o outro-significativo⁹ são referências à comunidade na qual o indivíduo interage para a produção de seu *self*; não se referem, portanto, ao outro como grupo étnico (latinos, eslavos, japoneses), gênero (homens, mulheres), orientação sexual (homo, hétero, bi, trans), nacionalidade (“nativo”, estrangeiro) e todas as suas variações. O outro-significativo e o outro generalizado são, cada um a seu modo, referências à diferença dentro do próprio grupo “socializador” do indivíduo.

Essa parece ser uma contribuição importante dos interacionistas simbólicos, em particular de Georg Mead, pois permite compreender que a diferença não existe apenas nas relações “entre”, mas, também, “intra” grupo. Do mesmo modo, mesmo no interior do grupo, ou seja, na relação com o outro-significativo e o outro-generalizado, a origem do *self* é igualmente uma relação de poder expressa por mecanismos de controle social e pelos papéis sociais.

Apesar das controvérsias sobre o seu pertencimento ao heterogêneo grupo de representantes do interacionismo simbólico da geração pós-guerra, Goffman, ao estudar o

⁹ Ver Berger (2007, p.112-113): “A criança primeiro assume papéis ligados àquelas pessoas que Mead chama de seus outros significativos, isto é, aquelas que lidam com ela mais de perto e cujas atitudes são decisivas para a concepção que a criança faz de si mesma. Mais tarde, a criança aprende que os papéis que representa são relevantes não só para seu currículo íntimo, como também se relacionam com as expectativas da sociedade em geral. Esse nível mais alto de abstração na resposta social é denominada por Mead de descoberta do outro generalizado”.

“estigma”, nos oferece pistas importantes para se pensar os processos identitários:

[...] quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “*status social*” já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como ocupação. [...] Baseando-nos nessas pré-concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. (GOFFMAN, 2008, p.12).

Tanto o status social como o preconceito podem ser entendidos como expressão do processo de localização, classificação e hierarquização social. Estes mecanismos têm como objetivo estabelecer previsibilidade nas relações sociais.

[...] durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está em nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas ‘efetivamente’, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – caracterização ‘efetiva’, uma *identidade social virtual*. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir serão chamados de sua *identidade social real*. Grifo do autor (GOFFMAN, 2008, p.12).

Assim, a partir das idéias de *identidade social virtual* e *identidade social real* é possível entender, respectivamente, os processos identitários com base em atributos conhecidos e existentes ou em uma expectativa de como seria e como o indivíduo ou grupo deveria ser. Em situações de interação, por exemplo, traços fenotípicos (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz) podem contribuir para a produção de “identidades reais”; a ancestralidade e a naturalidade, por sua vez, são a base das “identidades virtuais”.

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável*. Esta é uma

diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações (GOFFMAN, 2008, p.14).

O estigma, assim, tem como contrapartida a normalidade e ambos são socialmente construídos por meio de relações de poder, onde o normal, ou o mais normal, é sempre definido pelo grupo dominante. Assim, de acordo Goffman, o estigma é capaz de desumanizar aquele sobre o qual recai. “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 2008, p.15). Isso demonstra a radicalidade do processo identitário porque a exclusão, a discriminação e mesmo a eliminação do estigmatizado precisam ser vistos como elementos que o constituem.

O estigma, bem como suas conseqüências, tanto para quem sofre como para quem o pratica, por ser produzido por meio de interações sociais, não é definitivo e pode ser resignificado. Exemplos são os casos da “aceitação”, por parte do estigmatizado, e de estratégias por meio das quais a vítima procura amenizar os “sinais” produtores do estigma (GOFFMAN, 2008, p.18-19)¹⁰.

Outras estratégias desenvolvidas na situação de interação podem ser acionadas como uma espécie de compensação por meio da qual o estigmatizado procura a notoriedade exatamente naquilo sobre o que recai o peso do estigma. Um exemplo atual seria o das paraolimpíadas, onde deficientes físicos são valorizados pelos seus feitos muitas vezes impossíveis para a maioria das pessoas consideradas normais (GOFFMAN, 2008, p.19)¹¹.

Outras contribuições importantes do interacionismo simbólico para se pensar os processos identitários podem ser encontradas no texto já citado de Strauss (1999). O autor desenvolve a problemática da identidade a partir de cinco ideias: a) o poder de “nomear como um ato de colocação ou de classificação – do eu e dos outros”; b) [...] a perpétua interdeterminação das identidades na continua mudança dos contextos sociais [...]; c) o “[...] caráter simbólico e do tipo de desenvolvimento dos contextos sociais”; d) [...] as mudanças no comportamento e na identidade dos

¹⁰ A este respeito ver Ennes (2010b).

¹¹ Um interessante contraponto a esta situação apresentada por Goffman é a discussão que Bourdieu faz a respeito da conversão do estigma em emblema. A este respeito consultar Bourdieu (1989, p.125).

adultos [...] e; e) “[...] o caráter simbólico da afiliação a grupos [...]” (STRAUSS, 1999, p.31-32).

Há interessantes possibilidades de pensar os processos identitários a partir destas ideias. Primeiro porque entende o processo de definição do “eu” e do “outro” como relação de poder por meio da qual se nomeia e se classifica os participantes das interações sociais a partir de sua dimensão relacional. Strauss também fornece pistas importantes para pensar os processos identitários em seu movimento e em sua dinâmica. As identidades estão permanentemente em mudança pelo fato das relações de interação produzirem diferentes contextos. Muda-se o contexto, mudam-se as identidades, e vice-versa, mudam-se as identidades, muda-se o contexto.

Deste modo, o caráter simbólico das interações sociais é responsável não apenas pelo desenvolvimento dos contextos sociais, mas, também, age como elemento demarcador da “afiliação” dos indivíduos aos grupos sociais.

O conceito de identidade é tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal. Mas, seja o que for, a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos. Os outros se apresentam também; usam as suas próprias marcas de máscaras e, por sua vez, são avaliados (STRAUSS, 1999, p.29).

Com base nas idéias de Strauss, retoma-se aqui os processos identitários a partir de duas dinâmicas, já mencionadas acima, de modo inseparável: a das relações sociais e a do contexto social. A riqueza analítica dessa abordagem está no fato de não se poder separar o contexto das relações. Ou seja, os contextos não são um “ambiente” vazio a ser ocupado pelas relações sociais.

Por fim, não fez parte do escopo do presente artigo apresentar as críticas que os interacionistas simbólicos receberam e ainda recebem no campo do pensamento e da teoria social. De qualquer modo, se por um lado os interacionistas nos oferecem pistas interessantes para se pensar os processos identitários como relações de poder, por outro, nem sempre os

problematizam adequadamente. Isso, com frequência, resulta em uma perspectiva naturalizada, a exemplo do uso dos papéis sociais como categoria de análise.

Conclusão

O presente artigo procurou discutir como os interacionistas simbólicos contribuem para pensarmos os processos identitários como dinâmicas de produção de diferenças e de pertencimento por meio de relações assimétricas de poder.

Há importantes pontos comuns entre os representantes do interacionismo simbólico para se avançar na apreensão e compreensão dos processos identitários. Entre estes, o mais significativo é a ênfase dada a dimensão relacional da realidade social. Isto é, as interações não podem ser pensadas fora de “situações” ou “contextos”.

Este aspecto nos permite ir além de uma perspectiva baseada em uma concepção para a qual as relações face a face, em si, esgotam a realidade social. Deste modo, o interacionismo simbólico se antecipa em relação às críticas a concepções substancialistas e essencialistas em uso tanto na mídia como em parte do campo acadêmico.

Por outro lado, se não são centrais, as idéias de poder e dominação não estão ausentes, como fica claro na discussão sobre a produção do estigma que, de acordo Goffman, é um processo de desumanização do outro. Strauss, por sua vez, associa a identidade com o poder de nomeação do “eu” e dos “outros”.

Além disso, compreender a realidade social por meio das interações simbólicas nos obriga a pensar no conjunto de elementos (indivíduos, grupos sociais, instituições, normas etc.) em sua interdependência. Por isso mesmo, como inseparáveis e interdependentes.

O interacionismo simbólico, na diversidade de seus autores e categorias analíticas, constitui-se como uma importante contribuição para uma crítica ao senso comum (denunciado no início do artigo) relativo ao reiterado uso do termo “identidade”, o que ajuda a avançarmos na compreensão do que aqui foi denominado como “processos identitários”. Isto porque, sem a dimensão contextual, não é possível apreender a dimensão das relações de poder, de subordinação e hierarquização social.

Em contrapartida, as abordagens que desconsideram a dimensão relacional muitas vezes resultam em análises substancializadas e despolitizadas. Dificultam, assim, a apreensão das novas dinâmicas dos processos de dominação característicos da sociedade contemporânea.

ENNES, M. A. Symbolic interactionism: contributions to think identity processes. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.63-81, jan./jun. 2013.

■ **ABSTRACT:** *This paper aims to present and discuss contributions of symbolic interactionism to understand the identities beyond a essentialized and naturalized perspective. For this purpose, works from representatives of symbolic interactionism and its commentators have been consulted, which helped us to contextualize and understand the contributions of this important segment of social thought. The article suggests that the concepts of self, other-significant, other-general, situation and context are important contributions to the understanding of identity processes as an expression of power relations and domination produced by the feelings of belonging and difference that classify and rank socially actors in interaction.*

■ **KEYWORDS:** *Symbolic interactionism. Identity processes. Location, hierarchy and social status.*

Referências

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECKER, H. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.177-188, 1996.

BERGER, P. L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980.

BLUMER, H. A sociedade concebida como uma interação simbólica. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. *Teoria sociológica*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1977. p.36-40.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____ . *Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

COULON, A. *A escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.

ENNES, M. A. Imigração japonesa e produção de “entre-lugares”: uma contribuição para o debate sobre identidades. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a. p.37-58.

_____. Imigrantes, cirurgias plásticas e poder em dois tempos: Contribuição para uma hipótese de pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.41, p.163-174, 2010b.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999. p.127-174.

STRAUSS, A. L. *Espelho e máscaras*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VELHO, G. (Org). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bibliografia consultada

MEAD, G. H. O jogo livre (folguedo), o jogo regulamentado e o “outro-generalizado”. In: BIRNBAUM, P; CHAZEM, F. *Teoria sociológica*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1977.

